

“Prepare o seu coração pras coisas que eu vou contar eu venho lá do sertão”: relatos de uma experiência docente em tempos de pandemia da covid-19 no interior da Bahia

**“Prepare o seu coração pras coisas que eu vou contar eu venho lá do sertão”:
reports of a teaching experience in times of the covid-19 pandemic in rural Bahia**

Alexandre do Valle Souza¹

Cleide Bruno dos Santos²

Ednaide Barbosa dos Santos³

Rozane da Conceição Silva Costa⁴

Lorena Brito Góes Vieira⁵

Resumo

O presente artigo discute a experiência docente de uma professora da Educação Básica da rede pública do Estado da Bahia. O interesse pela temática se justifica pela necessidade e urgência de compreender como ocorreu o ensino no Brasil durante a pandemia nos lugares mais remotos. Os relatos postos neste estudo trazem as vivências do ensinar-aprender em um meio socioeconômico, geoclimático, educacional e digital desigual. Tem como objetivo compreender, a partir do Relato de Experiência docente, a realidade do processo de ensino-aprendizagem durante a pandemia em uma escola da rede pública estadual da Chapada Diamantina, interior da Bahia. Trata-se de um Relato de Experiência segundo Mussi, Flores e Almeida (2021). Diante dos fatos expostos, o ensino, em Zona Rural, passou por sérios problemas. Assim, pensa-se que, a partir destas reflexões, o reconhecimento de pequenos avanços, diante das grandes dificuldades enfrentadas, pode ser um bom motivo para a promoção de uma formação continuada mais inclusiva e digital dos profissionais envolvidos.

Palavras-chave: Exclusão digital. Educação na pandemia. Zona rural.

Abstract

This article discusses the teaching experience of a public Basic Education teacher in the state of Bahia. The interest in the theme is justified by the need and urgency to understand how teaching occurred in Brazil during the pandemic in the most remote places. The reports presented in this study bring the experiences of teaching-learning in

¹ Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN/DF, Formação Pedagógica em Pedagogia pela FAFIBE- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança. Email: alexandresouza.pos@gmail.com

² Graduada em Letras pela Universidade do Estado da Bahia. Email: cleide.brunno.12@gmail.com

³ Graduada em Licenciatura em Educação Física pela Faculdade Regional da Bahia-UNIRB. Pós-Graduada em Licenciatura em Educação Física Pela Universidade Estácio de Sá. Email: ednaidenunes@hotmail.com

⁴ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Email: rozanecosta16@gmail.com

⁵ Graduada em Química pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Cruzeiro do Sul e Mestra em Educação em Ciências pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Email: lbgvieira@hotmail.com

an unequal socioeconomic, geo-climatic, educational, and digital environment. It aims to understand, from the teaching experience report, the reality of the teaching-learning process during the pandemic in a state public school in Chapada Diamantina, in the interior of Bahia. This is an Experience Report according to Mussi, Flores and Almeida (2021). In view of the facts exposed, teaching, in rural areas, went through serious problems. Thus, it is thought that, based on these reflections, the recognition of small advances, in face of the great difficulties faced, can be a good reason to promote a more inclusive and digital continuing education for the professionals involved.

Keywords: Digital exclusion. Education in the pandemic. Rural areas.

Introdução

Relatar sobre prática docente específica na pandemia é falar sobre desafios, descobertas e ressignificações. Diante da necessidade do isolamento social como medida de controle da pandemia do medo que a SARV-Cov-19 depositou em nossas vidas, foi necessário buscar formas para que a aprendizagem não fosse interrompida, manter os/as estudantes e profissionais motivados a continuar trilhando o caminho do saber/aprender/fazer. O título deste artigo remete ao trecho da música Disparada⁶ (1966) que denunciava as explorações das classes mais pobres pela dominante no período ditatorial, tendo como cenário o sertão; o presente trecho é convite poético para o leitor dos relatos de experiência da professora, em ambiente sertanejo e de desigualdade. O presente estudo traz o Relato de Experiência, os enfrentamentos, desafios da docência em um cenário sertanejo de desigualdades social, econômica, geográfica, educacional e digital que foram potencializadas com a pandemia da covid-19, que, apesar de ter surgido em 2019, começou a afetar o Brasil em 2020, quando foi declarada a pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em março de 2020.

Logo, estados e municípios determinaram a suspensão das aulas presenciais e tomaram outras providências. O Conselho Nacional de Educação (CNE), através do Parecer CNE/CP nº 5/2020, autorizou o ensino não presencial. O retorno gradual às atividades escolares presenciais só teve início a partir da Resolução CNE/CP nº 2/2021, em que cada estado e município definiram as datas de retorno ou continuar com ensino remoto e/ou domiciliar. A Secretária de Educação do Estado da Bahia determinou o retorno das aulas semipresenciais em julho de 2021 e, em outubro de 2021, totalmente presencial nas unidades estaduais.

Aprensivas(os) para compreender como os grupos e sujeitos que vivem à margem geográfica e socioeconômica estavam estudando durante a pandemia no período do isolamento social, tendo conhecimento que o acesso a aparelhos e internet,

⁶Música Disparada composta por Geraldo Vandré e Theo de Barros interpretada pela primeira vez por Jair Rodrigues em 1966, no II Festival de Música Brasileira da TV Record.

apesar de descentralizar as relações de poder, ainda não é universal em um país desigual e plural como o Brasil. Diante disso, inquieta-nos conhecer: como aconteceu o processo de ensino-aprendizagem com o retorno híbrido e novo presencial das atividades letivas da Rede Estadual na Zona Rural⁷ da Chapada Diamantina - BA, no final de 2021?

Tem muitas pesquisas sendo realizadas e publicadas que abordam o ensino durante a pandemia com os diversos cenários, públicos e níveis educacionais. No entanto, quando se filtra a pesquisa para o espaço rural, há poucos periódicos, há mais matérias de jornais em algumas reportagens que retratam as estratégias de professores para manter o ensino, como: aulas em rádio e levar os blocos de atividades até os familiares.

O interesse pela temática se justifica pela necessidade e urgência de compreender como está acontecendo o ensino no Brasil durante a pandemia nos lugares mais remotos. Os relatos postos neste estudo trazem as vivências do ensinar-aprender em um meio socioeconômico, geoclimático, educacional e tecnologicamente digital desigual.

Interessa-nos discutir a experiência docente de uma professora da Educação Básica da rede pública do Estado da Bahia, que leciona na Zona Rural da região da Chapada Diamantina, apresentando sua vivência transitória entre essa nova realidade posta pelo momento pandêmico que modificou a sociedade, em especial à Educação, que foi do presencial ao remoto, em seguida ao híbrido e agora com o retorno presencial com restrições. Pesquisas como esta são fundamentais para pensar políticas de inclusão digital, pois só conhecendo os diversos Brasis que poderão ser criadas políticas que realmente abrangem a todos.

As narrativas têm como objetivo compreender a partir do Relato de Experiência docente a realidade do processo de ensino-aprendizagem durante a pandemia na rede pública estadual do interior da Bahia; discutir o processo de ensino-aprendizagem com uso da educação digital do Ensino Médio na Zona Rural; conhecer as estratégias de enfrentamento das fragilidades encontradas durante a pandemia pela escola, professor e aluno da Educação Básica; potencializar as ações positivas e assertivas utilizadas neste cenário pandêmico na área da educação.

Trata-se de Relato de Experiência (RE), que, de acordo com Mussi, Flores e Almeida (2021), é uma apresentação crítico-reflexiva da prática profissional, é necessário um roteiro para a descrição e análise crítico-reflexiva da vivência relatada. O relato está organizado nas seguintes seções:

- O acesso à Internet na Educação Básica X Excluídos Digitais na Pandemia;
- Trilhas metodológicas;

⁷ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a zona rural “é aquela que não foi incluída no perímetro urbano por lei municipal. Caracteriza-se por uso rústico do solo, com grandes extensões de terra e baixa densidade habitacional. Incluem campos, florestas, lavouras, pastos etc” (MANUAL da base territorial apud IBGE, 2017, p. 38).

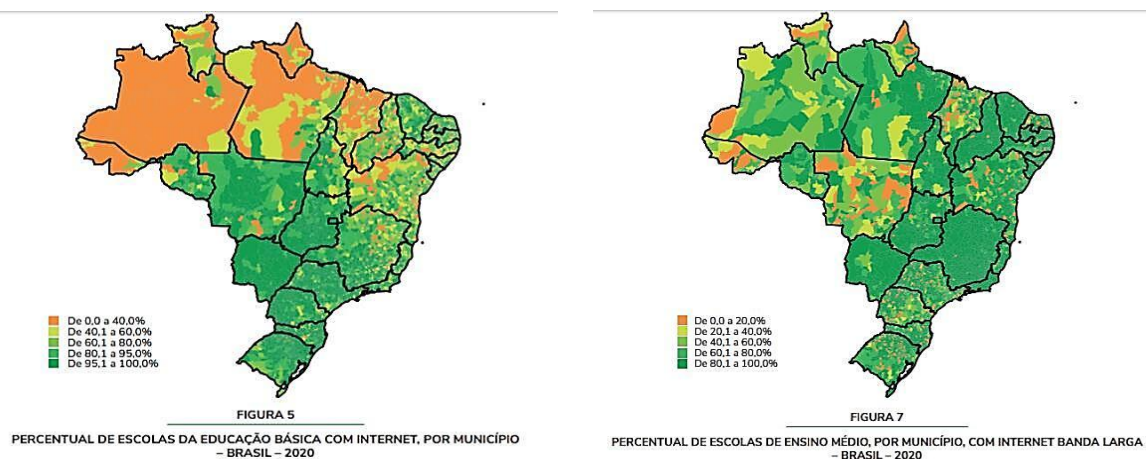
- “Prepare o seu coração pras coisas que eu vou contar”: os relatos;
- Considerações finais.

Acesso à internet na Educação Básica x excluídos digitais na pandemia

Nas escolas públicas

Segundo dados do Censo Escolar de 2020, o Brasil tem 179.533 escolas de educação básica, sendo a maioria da rede municipal equivalente a 60,1%, seguido pelas instituições privadas com 22,9%, a rede estadual é responsável por 16,6% e a rede federal com apenas 0,4% das unidades de ensino. Há maior número de escolas de Educação Infantil e Anos Iniciais e um afunilamento no número de escolas de Anos Finais e Médio. Os mapas abaixo trazem dados do Censo Escolar de 2020 importantes no que tange ao percentual de escolas com suporte à internet, sendo o primeiro uma visão panorâmica de toda a Educação Básica e o segundo apenas do Ensino Médio.

Figura 1: Suporte de internet na Educação Básica e Ensino Médio no Brasil.



Fonte: Elaborado Deep/Inep com base no Censo Escolar, 2020.

A cor verde-escura do mapa indica de 80% a 100% no percentual de acesso e a laranja, de 0% a 20%. O primeiro mapa mostra o baixo percentual de acesso à internet, principalmente na região Norte e Nordeste em toda a Educação Básica. Já no segundo mapa relativo aos dados do Ensino Médio, o percentual aumenta até mesmo nessas regiões. Ainda de acordo com o Censo, o maior número de escolas de Ensino Médio é da rede estadual.

Nesse panorama geral, o Ensino Médio mostra um percentual de 80,4% de acesso à internet banda larga nas escolas, computadores de mesas para os estudantes, 79% e 36,6% de computadores portáteis. Olhando de forma geral, são números animadores, se comparados aos Censos anteriores, são notáveis os avanços. Mas essa alta porcentagem

acaba invisibilizando a minoria, aquela porcentagem menor que está nas entrelinhas, à exceção à regra, as camadas à margem geográfica, educacional, social, econômica e digital.

Trilhas metodológicas

Os diálogos para decidir as trilhas metodológicas deste estudo foram via grupo do *Whatsapp*. Inquietadas(os) com outras pesquisas que discutiam as dificuldades de ensinar em meio à pandemia em cenários de desigualdade e exclusão digital, uma das autoras deste artigo é também professora da Rede Estadual de ensino no interior baiano e vivencia na sua práxis docente o que estávamos lendo. Logo, notamos que seus relatos traziam uma aproximação com outros estudos ao tempo que trazia outras particularidades, como, por exemplo, a questão geoclimática. Tecendo considerações sobre seus relatos e na perspectiva de descrever suas experiências em sala de aula, entendemos que:

[...] o RE em contexto acadêmico pretende, além da descrição da experiência vivida (experiência próxima), a sua valorização por meio do esforço acadêmico-científico explicativo, por meio da aplicação crítica-reflexiva com apoio teórico-metodológico (experiência distante) (MUSSI, FLORES, ALMEIDA, 2021, p. 64).

Foram realizadas reuniões via *Google Meet* para construção do roteiro do RE, questões de temas geradores necessários para compreender a realidade e o que faz este ser um cenário de exclusão digital. As questões enveredam as respostas no intuito de conhecer os investimentos feitos pela professora para dar aula com mediação tecnológica, o acesso e letramento digital da professora e dos estudantes, como foi o ensino para os estudantes com deficiência, os desgastes emocionais de ensinar nesse período, narra as vantagens e desvantagens do novo presencial. Sendo assim:

Ao considerar o RE como expressão escrita de vivências, capaz de contribuir na produção de conhecimentos das mais variadas temáticas, é reconhecida a importância de discussão sobre o conhecimento. O conhecimento humano está interligado ao saber escolarizado e aprendizagens advindas das experiências socioculturais. O seu registro por meio da escrita é uma relevante possibilidade para que a sociedade acesse e compreenda questões acerca de vários assuntos, sobretudo pelo meio virtual, uma vez que o contexto contemporâneo informatizado possibilita isso (MUSSI, FLORES, ALMEIDA, 2021, p. 63).

Ainda de acordo com os autores, o RE é comumente usado na área da educação para informar, dialogar, refletir e criticar. A professora é aqui denominada de Diamantina, em referência ao território que origina a pesquisa. Diamantina, porque assim como o território é considerado o coração da Bahia, as narrativas da professora pulsam vivências. A escalada para as adaptações que o momento pandêmico requer não é fácil e, em alguns cenários dos vários Brasis, as dificuldades sobressaltaram. Para escalar a montanha do novo presencial, Diamantina enfrentou, desde a desigualdade digital às mudanças

geoclimáticas. As experiências compartilhadas são transparentes como alguns rios que nascem e cortam a Chapada, ao mergulhar você encontra possibilidades, potencialidades que se transformam em aprendizados e se tornam diamantes lapidados pelo ensino via TDICs.

Chapada Diamantina: docente em processo de escuta

A Chapada Diamantina, localizada no centro da Bahia, é composta por 24 municípios, tem sua história marcada pela exploração do minério, das histórias de tropeiros e da expansão do catolicismo durante os períodos que são narrados da história de nosso estado. Formada por suas belezas naturais que são verdadeiros pedaços de paraíso, possui uma vegetação mista dividida em partes de florestas, rios e cachoeiras, como também do solo pedregoso, chamado de cascalho que foi formado principalmente pela exploração dos diamantes e demais pedras preciosas. É um território de grandes extensões de áreas rurais que através da união de interesses das comunidades tiram da terra o seu sustento e movimentam conhecimentos de forma oral como tradições e lemas de luta agrária.

Dessa forma, entende-se que cada território carrega sua identidade e, em meio aos vales, fontes de águas cristalinas, há também estradas de bastante cascalho, montes de terras secas, ou extensões sem fim de plantações com palma, mamona e cana.

Excluídos digitais

Este estudo preocupa-se em compreender como foi educar durante a pandemia a porcentagem que não aparece nessas altas estatísticas, os excluídos digitais. De acordo com Vommaro, citado por Ferreira (2020), alguns fatores socioeconômicos podem ser determinantes para a exclusão dos estudantes:

[...] as condições de moradia, as possibilidades de os pais acompanharem os exercícios, os recursos tecnológicos, o acesso aos materiais, as remessas pelas escolas são desiguais, desse modo, as questões socioeconômicas influenciam diretamente e fazem com que alguns alunos sejam incluídos e sigam o seu processo de aprendizado, enquanto outros são excluídos, usurpados do seu direito à educação em meio à pandemia (VOMMARO apud FERREIRA, S., 2020, p. 13).

Estudantes que não tiveram como manter a comunicação com a escola, colegas e professores estão majoritariamente propícios a terem um menor rendimento em comparação aos outros que tem acesso a condições estrutural, financeira e emocional. O enfrentamento dessas dificuldades por parte de alguns estudantes evidencia consequências no desenvolvimento do aprendizado, sendo uma delas a exclusão digital, representada por três níveis, a saber:

Primeiro não tem acesso à rede de computadores. Segundo, tem acesso ao sistema de comunicação, mas com uma capacidade técnica muito baixa. Terceiro é estar conectado à rede e não saber qual o acesso usar, qual a informação

buscar, como combinar uma informação com outra e como a utilizar para a vida. Esta é a mais grave porque amplia, aprofunda a exclusão mais séria de toda a História; é a exclusão da educação e da cultura porque o mundo digital se incrementa extraordinariamente (CASTELLS apud FERREIRA, 2020, p. 20).

Esses três níveis de exclusão digital podem se relacionar a algumas características que devem ser consideradas para a implantação do ensino remoto⁸ como “o acesso à internet; a qualidade dos artefatos tecnológicos de alunos e professores; e domínio e formação para o uso desses artefatos”, sem tais condições o ensino acontece de forma precária (OLIVEIRA; SILVA; SILVA, 2020, p. 29).

Sendo assim, as mudanças causadas pela pandemia e a implementação do ensino remoto evidenciaram que a Educação Básica no Brasil apresenta algumas fragilidades que perpassam pela inclusão digital. Nesse aspecto, as TDICs assumem um papel importante para mediar o ensino e manter as relações entre professoras(es) e estudantes, principalmente aqueles que fazem parte das camadas populares, de baixa renda, moradores de interiores, ribeirinhos e periferias.

Segundo Libâneo (2012), há décadas que o sistema educacional enfrenta desafios de como oferecer um ensino equitativo favorecendo uma parcela da população que é excluída financeiramente. No entanto, para falar de um ensino equitativo, é necessário esclarecer um contraponto entre o conceito de igualdade e equidade, ao utilizar-se como parâmetro de justiça uma distribuição igualitária que negligencia “o papel socializador da escola mediante a promoção da equidade social, o respeito às diferenças e a solidariedade com o próximo” (LIBÂNEO, 2012, p. 20). Assim, o autor substitui o termo igualdade (direitos iguais para todos) por equidade (direitos que buscam universalizar as oportunidades com respeito as desigualdades).

Baseado no discurso que a Educação é tradicional, intransigente, conteudista, excludente para aqueles que não têm um bom rendimento escolar, há uma necessidade de mudança na educação. Dessa forma, surgem os primeiros ensaios de reforma educativa no Brasil na década de 1990, um Plano Decenal de Educação para Todos; mas, tem como o papel da escola o “atendimento de necessidades mínimas de aprendizagens e de espaço de convivência e acolhimento social” (LIBÂNEO, 2012, p. 20).

Libâneo (2012) afirma que as preposições do Plano Decenal, fomentado pelo Banco Mundial, são tecnicistas e economicistas, ou seja, contribuem para uma educação pragmática que visa preparar o indivíduo para o exercício do trabalho, contribuindo assim para acentuar as desigualdades sociais, indo de encontro a Educação que preza pela criticidade e verdadeiro saber.

Mediante estes argumentos e com a interrupção do ensino presencial no primeiro semestre de 2020 para adotar o ensino remoto em virtude da SARS-Cov-19, os problemas educacionais passam a estar mais evidentes à medida que

⁸ O ensino remoto é ação pedagógica mediada por TDICs.

esse cenário tem inquietado professores, familiares e gestores, que tentam dar continuidade ao processo educacional, mediados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em especial, as digitais. Entra em cena, o ensino remoto emergencial, que exige que gestores, coordenadores e professores se posicionem e ajam na intenção de adaptar conteúdos curriculares, dinâmicas de sala, até avaliações, visando dar continuidade a aulas, mediados por tecnologias digitais (OLIVEIRA; SILVA; SILVA, 2020, p.27-28).

Nesse sentido, a fim de adequar-se ao ensino remoto emergencial e posteriormente ao ensino híbrido, professoras(es) de forma individual e colaborativa buscaram estratégias para ressignificar suas práticas pedagógicas, bem como a sua formação continuada para apropriação das tecnologias digitais, ao transpor o espaço físico para o contexto *online* (OLIVEIRA; CORRÊA; MORÉS, 2020). Contudo, para descrever as vivências pedagógicas da professora Diamantina que são apresentados relatos de sua trajetória durante esse período.

“Prepare o seu coração pras coisas que eu vou contar”: os relatos

Apresentação da instituição e docente

O esquema abaixo, elaborado pelos autores, ilustra o decorrer das unidades letivas da experiência docente narrada. Além disso, informa também a localização da unidade de ensino, a dependência administrativa, a modalidade, o nível escolar e a oferta de ensino no período. A saber:

Esquema 01: Informação do período e característica do colégio



Fonte: Elaboração própria

O período trabalhado e narrado corresponde a V e VI unidades, em que foram organizados os conteúdos e as atividades propostas para o cumprimento do plano de

ensino. O ensino em 2021 foi determinado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) como *continuum* 2020/21, por isso essa quantidade de unidades. No período lecionado, foram ofertados o ensino semipresencial/híbrido e o novo presencial, que é a oferta 100% presencial com medidas de proteção à covid-19. O colégio é um anexo, neste apenas ensina a modalidade Regular, já o localizado na sede do município ensina também Educação de Jovens e Adultos (EJA). No relato, a professora traz outras informações pertinentes sobre a contratação, o ano letivo, localização do colégio.

Sou professora auxiliar do regime de contratação Reda Emergencial⁹ do Governo do Estado da Bahia e trabalho em um colégio da região da Chapada Diamantina, interior da Bahia. Este colégio possui um anexo em um distrito, que atende os estudantes da zona rural, por conta da distância da sede [...] Minha contratação aconteceu no fim da quinta unidade e eles estavam passando pela transição do híbrido para o novo presencial. Não sei se é do conhecimento de todos, mas a Secretaria Estadual de Educação do Estado da Bahia optou por realizar 02 anos letivos em um, o que ocasionou ter 06 unidades letivas entre remoto, híbrido e presencial (Diamantina, 2021).

O quadro abaixo, também elaborado pelo próprio grupo, traz dados e informações referentes à sua formação acadêmica, área do conhecimento que leciona, número total de turmas e alunos e os turnos de atividade laboral. A saber:

Quadro 01: Informação sobre a docente e do público discente

Formação acadêmica:	Professora de Letras vernáculas com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas
Área do conhecimento:	Linguagens e suas tecnologias
Carga horária semanal:	20 horas
Nº de turmas que ensina:	6
Nº de estudantes que ensina:	165
Turnos:	Matutino e Vespertino

Fonte: Elaboração própria

A referida profissional, graduada em Letras pela Universidade do Estado da Bahia, é professora da instituição da área de Linguagens e suas tecnologias, ensina em dois períodos (manhã e tarde), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 6 (seis) turmas, resultando em um total de 165 educandas(os).

⁹ “O Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) foi institucionalizado em 1992. Segundo a Instrução Normativa nº 014 de 28 de dezembro de 2012º, o REDA é coordenado, supervisionado e realizado por comissão criada no órgão/entidade, através de portaria, a ser publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia” (GIRARDI; LIMA, 2017, p. 8). No período pandêmico o Reda Emergencial surge para suprir as necessidades temporárias e excepcional de interesse público que tenha em vista: I – combater surtos epidêmicos; III – atender a situações de calamidade pública; VI – atender às necessidades do regular funcionamento das unidades escolares estaduais, enquanto não houver candidatos aprovados em concurso, em número suficiente para atender à demanda mínima e nos casos de substituição decorrentes de licença-prêmio, licença maternidade ou licença médica dos ocupantes de cargos do magistério público estadual de ensino fundamental e médio; VII – atender a outras situações de urgência definidas em lei (GIRARDI; LIMA, 2017, p. 5).

Suporte à internet, acesso às TDICs e letramento digital

O uso das TDICs ganhou ainda mais força a partir da pandemia do novo Coronavírus. Foi por meio delas que as atividades pedagógicas da Educação Básica continuaram e se concretizaram. Embora o uso de tais recursos tenha ganhado notoriedade nas regiões urbanas, as áreas rurais permaneceram em detrimento como apresentado pela professora Diamantina.

As tecnologias digitais ainda estão chegando às zonas rurais. Existe muita dificuldade de acesso, muitas vezes até o sinal de operadoras não chegam a todos por conta da cobertura de sinal, normalmente existe uma estimativa de alcance, e há comunidades rurais que são muito distantes dos centros urbanos, por conta disso, torna-se mais difícil estar conectado e ser conectado neste mundo virtual de tamanha importância (Diamantina, 2021).

O relato da professora transcrito acima mostra o quanto é difícil o acesso à internet em regiões brasileiras. Além do mais, o acesso à tecnologia e à internet é também uma questão de cidadania, assim como afirma a Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet – que menciona em seu artigo 7º: “o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania...” (BRASIL, 2014, p. on-line). Ademais, como bem admoesta Pinheiro (2016), a internet não é um simples meio de comunicação eletrônica, formada apenas por uma rede mundial de computadores, é, principalmente, porém formada por uma rede mundial de seres humanos.

É importante salientar que, ainda assim, as dificuldades de acesso aos recursos digitais não são restritas às áreas rurais, uma vez que alguns estudantes de camadas populares não têm acesso aos instrumentos digitais e internet para o cumprimento das atividades online. Assim:

A pobreza não é um fenômeno isolado. A maneira como ela é definida e percebida depende do nível de desenvolvimento cultural, tecnológico e político de cada sociedade. A introdução de novos produtos, que passam a ser indicativos de uma condição de vida "civilizada" (seja telefone, eletricidade, geladeira, rádio ou TV), aumenta o patamar abaixo do qual uma pessoa ou família é considerada pobre. Como o ciclo de acesso a novos produtos começa com os ricos e se estende aos pobres após um tempo mais ou menos longo (e que nem sempre se completa), há um aumento da desigualdade. Os ricos são os primeiros a usufruir as vantagens do uso e/ou domínio dos novos produtos no mercado de trabalho, enquanto a falta destes aumenta as desvantagens dos grupos excluídos. Em ambos os casos, os novos produtos TICs aumentam, em princípio, a pobreza e a exclusão digital (GUEDES; SORJ, 2006, n.p.).

O não acesso às tecnologias e à internet neste momento pandêmico aumenta ainda mais as desigualdades sociais e digitais, pontuada pelos autores acima. Tal situação deixa os/as estudantes da escola pública em detrimento se comparados com estudantes de escola privada que possuem acesso a tais recursos. Multilaterais e dinâmicos são os fatores socioeconômicos que podem ser determinantes para a exclusão das/dos estudantes da rede pública de ensino e, principalmente, dos que estudam em Zonas

Rurais. O relato da professora, logo abaixo, traz exemplos de como os efeitos da desigualdade se concretizam no cotidiano dos discentes:

As realidades que mais se repete são: os alunos dividirem o celular com os irmãos da mesma escola ou de escola diferente; usarem o celular da mãe/pai para poder acessar as informações postadas no grupo; não ter celular e não ter acesso aos avisos e atividades, recebendo apenas as atividades escritas. A internet utilizada pela maioria dos alunos é via operadora, pacotes de dados móveis que muitas vezes duram muito pouco e não abrem todos os aplicativos e documentos pesados (de muitas páginas) (Diamantina, 2021)

Diamantina relata a respeito das limitações enfrentadas pelos estudantes em relação ao uso dos recursos e equipamentos tecnológicos, como também sobre a limitação dos mesmos, levando em conta que muitas vezes a condição familiar não permite a aquisição de equipamentos digitais para usos individuais, no desenvolvimento das atividades curriculares. Dessa maneira, na falta de acesso aos instrumentos digitais, as unidades escolares encontraram como estratégia o envio das atividades impressas para a execução de suas tarefas.

TDICs nos meios educacionais

Cunha e Bizelli (2015) retratam que é justificável a predisposição dos professores e gestores para inserir as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos meios educacionais, posto que os jovens já nascem na realidade digital e virtual. Assim também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997 reforçam implicitamente, quando relatam que os critérios para selecionar e abordar os conteúdos devem ser correspondentes a: relevância social, características dos alunos e característica da própria área docente.

Assim sendo, as TDICs na Educação não devem ser incluídas somente por causa da covid-19 e em tempos de pandemia, pois nascem de uma necessidade social de evoluir. Além do mais, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), um dos documentos atuais da educação básica menciona que:

A contemporaneidade é fortemente marcada pelo desenvolvimento tecnológico. Tanto a computação quanto as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) estão cada vez mais presentes na vida de todos, não somente nos escritórios ou nas escolas, mas nos nossos bolsos, nas cozinhas, nos automóveis, nas roupas etc. Além disso, grande parte das informações produzidas pela humanidade está armazenada digitalmente. Isso denota o quanto o mundo produtivo e o cotidiano estão sendo movidos por tecnologias digitais, situação que tende a se acentuar fortemente no futuro (BRASIL, 2018, p. 473).

A professora menciona acerca das suas limitações em relação ao uso dos recursos e equipamentos tecnológicos e também sobre a limitação dos mesmos, haja vista que não recebeu equipamentos avançados para prosseguir com suas atividades pedagógicas. Esse aspecto fica evidenciado na fala de Diamantina a seguir:

Eu lidei com minhas limitações digitais, com dispositivos móveis não tão bons de resolução e armazenamento e com um provedor de internet que me deixava facilmente na mão com qualquer formação de chuva. Sendo também auxiliar de informática para alguns alunos que, não tinham aplicativos de baixar textos em Word ou PDF. (Diamantina, 2021)

Em adição ao contexto que foi mencionado acima, entende-se que:

O valor da tecnologia na educação é derivado inteiramente da sua aplicação. Saber direcionar o uso da Internet na sala de aula deve ser uma atividade de responsabilidade, pois exige que o professor preze, dentro da perspectiva progressista, a construção do conhecimento, de modo a contemplar o desenvolvimento de habilidades cognitivas que instigam o aluno a refletir e compreender, conforme acessam, armazenam, manipulam e analisam as informações que sondam na Internet (ARAÚJO, 2005, p. 20).

Silva (2011) também aborda sobre a necessidade de o professor ser capacitado para intermediar a relação entre os alunos e os aparatos tecnológicos, buscando favorecer da melhor forma o aprendizado dos estudantes, para que, assim, ocorra uma contribuição pedagógica e didática.

Autoanálise e rotina exaustiva: desgaste mental e síndrome de Burnout

Caixeta et al. (2021) menciona que, entre as profissões, os docentes se destacam em adquirir a síndrome do Burnout, pois é comum entre os profissionais que lidam diretamente com pessoas. Os indivíduos que são acometidos por esta síndrome têm como consequências a saúde mental, física e qualidade de vida abalada.

Há preocupações como: os/as estudantes estão aprendendo no período de isolamento social? as/os professoras(es) estão sabendo trabalhar com as ferramentas digitais? os/as alunos(as) estão tendo acesso à internet? Todas essas questões são importantes, mas a condição do bem estar dos docentes também é relevante, afinal, como o/a professor(a) irá executar a sua incumbência determinada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996), que estabelece:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996, on-line).

Para que as/os docentes executem todas essas atribuições supracitadas, entre outras, precisam estar saudáveis físico, sócio e emocionalmente, a fim de realizar suas atividades com excelência, como exposto na fala a seguir:

Minha experiência foi significativa, pois eu vivenciei uma realidade que antes não tinha tido contato que é o ensino na zona rural e pude levar a eles o meu melhor dentro das possibilidades dadas. [...] Apesar da inconstância de aula por conta de todo o processo remoto causado pela pandemia, as aulas foram produtivas, desafiadoras. Tive momentos de grande frustração, por depositar minhas utopias em planos que não dependiam apenas de mim e dos alunos, mas também consegui realizar atividades que me motivaram a persistir na ideia de educação libertadora, que emancipa corpos (Diamantina, 2021).

Em seu relato, a professora apresenta o desgaste vivido ao confrontar o senso comum, este que presume: na pandemia os profissionais da educação ficaram com suas atividades didáticas paralisadas ou trabalharam menos em relação às atividades que eram desenvolvidas presencialmente outrora. E que também houve momentos exitosos. Destaca ao dizer:

Estar em sala de aula de máscara dá uma impressão de maior esgotamento, pois exige um esforço na voz, tinha que motivar os alunos para que eles não desistissem de vim para o colégio, e existe uma cobrança para nós profissionais em sermos resilientes, [...] O que mais me deixou frustrada foi que o tempo torna-se curto quando você precisa administrar as aulas presenciais e as aulas remotas e acaba por você não desenvolver da maneira que pensou tais aulas por conta do tempo. Não há cumprimento da carga horária, trabalhamos mais: como o envio das atividades via Whatsapp vão chegando sem limite de horário e quando você tem um quantitativo de turmas, é necessário ir já corrigindo, orientando, dando feedbacks para esse aluno tanto se sentir motivado como também para aproveitar que ele está online e dá assistência (Diamantina, 2021).

Mesmo com tamanho desgaste físico e mental, a professora não deixou de mencionar, em sua oratória, seus aprendizados e seus desafios em ter que se adaptar a uma nova realidade, a novos hábitos e costumes neste período pandêmico que ainda vigoram e que afetaram abrupta e drasticamente sua rotina pessoal e profissional.

Meu principal aprendizado foi a reinvenção, sim, eu estava habituada a realidade presencial, com proximidades, trocas de livros pela sala, atividade em grupos, dinâmicas, e ter que manter o mínimo de contato possível, restringir atividades em grupos, a covid-19 meio que nos silenciou, nos tirou a vivacidade de promover as relações, pois tudo tornou-se suspeito, suspeito à contaminação (Diamantina, 2021)

A narração acerca do cansaço mental concatena com pesquisas publicadas sobre o tema, mostrando o aumento de professores que tiveram de buscar ajuda médica especializada para restabelecer sua saúde mental, que foi se deteriorando com a pressão e as novas demandas não planejadas. Entre os principais distúrbios, estão a: depressão, a ansiedade, a síndrome do pânico e do burnout.

Particularidades da experiência relatada: questões geoclimáticas e pessoas com deficiência

As questões meteorológicas são narradas várias vezes no relato pelo grau de interferência no ensino, desde a dificuldade dos alunos em irem ao colégio, por causa das estradas danificadas, até os prejuízos nos aparelhos de internet banda larga com os raios, o sinal das operadoras que caem completamente com o mau tempo. A chuva, que é a riqueza do sertanejo, para o ensino torna-se mais um desafio, principalmente em um ano atípico.

Os alunos já tinham retornado ao colégio no ensino híbrido, porém enfrentavam as dificuldades ocasionadas pelas fortes chuvas na região e com isso ficavam ilhados sem poder vir ao colégio nos dias que ficaram decididos vir, e sem poder acompanhar virtualmente, por conta do sinal de internet que não funcionava, também por conta das fortes chuvas, alunos que utilizavam a internet de terceiros, não podiam sair de casa. E por aqui entres os meses fim de outubro, novembro e dezembro foi um período de muitas chuvas e por conta disso até a internet da escola estava precária, por conta dos provedores danificarem, com quedas de raios e ventos fortes que derrubaram árvores entre outras coisas (Diamantina, 2021).

Milton Santos (2006, p. 215) fala que espaço, lugar é “o conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual”, logo está associado a organização de seres. Cada território carrega sua identidade e, em meio aos vales, fontes de águas cristalinas há também estradas de bastante cascalho, montes de terras secas, ou extensões sem fim de plantações com palma, mamona e cana. A referida escola está situada entre a dificuldade de passar pelo cascalho e as águas densas e barulhentas do Paraguaçu. E o seu povo, formador de sabedorias, que cultiva o solo e a palavra constrói veredas para a sua sobrevivência. Solo de riquezas e de dificuldades singulares.

A escola é localizada em uma comunidade rural cerca de 40 km da sede e recebe os alunos de comunidades. Por ser uma cidade de grande extensão rural, o anexo do colégio permite com que o deslocamento seja menor e o aproveitamento na escola seja maior.

Outra questão importante mencionada pela docente foi o seu convívio com duas pessoas com deficiências. Ferreira e Ferreira (2020) falam sobre a importância de uma atenção especial que os alunos com deficiência devem receber de quem os ensina neste momento de pandemia, levando em consideração que, dependendo da deficiência, o aluno pode aumentar o risco de contágio, como, por exemplo, um estudante com deficiência visual que utiliza muito o tato. Assim, conforme Nascimento e Souza (2021, p. 2), “para proporcionar uma educação de qualidade é necessário compreender a relevância da presença de alguns suportes (seja físico, pessoal, técnico e social) na escola, por exemplo”. Podemos observar na descrição abaixo a seguinte realidade:

*Tinha dois alunos que eu descobrir a deficiência no dia a dia, um era **surdo** e o outro tem **transtorno de aprendizagem**. Ao perguntar à secretaria fui informada que ambos tinham laudo médico, só não constava na minha lista. Quando fiz a chamada no primeiro dia, me informaram “ah ele é o mudinho”, “a senhora vai ter que conversar com ele com gestos”, “ele não faz nada não, só vem para a escola e passa”. O aluno com transtorno de aprendizagem ganhou uma monitora já nas últimas semanas de aulas, o que também contribuiu, pois ele se sentiu mais seguro em participar e me dar retornos das atividades em sala. Tinha um aluno **deficiente visual** que tinha uma monitora e que me ajudou muito, sem contar que meu aluno era bem participativo e não teve nenhuma atividade que ele apresentou insegurança ou não entendimento (Diamantina, 2021).*

Os autores Ferreira e Ferreira (2020) também citam o aluno que faz uso das libras para se comunicar e o que precisa fazer leitura labial, já que o uso de máscara por parte do docente ou dos referidos alunos pode inviabilizar a comunicação e a compreensão da matéria verbalizada, assim, gerando desafios além dos que já ocorriam antes da pandemia. Por isso deve-se haver uma atenção especial a tais pessoas, como menciona os supracitados autores.

Esperançar¹⁰

A prática docente com as tecnologias digitais abre um mundo de possibilidades, acende essa chama que Freire (1992) nomeia como esperançar, prática essa um tanto difícil de administrar, pois são tantos aplicativos, softwares, tantas redes sociais, e ainda sim conseguiu ser um caminho de entrosamento e de partilha dos aprendizados; aprendia-se com os alunos e eles com os professores. A professora cita algumas vezes a importância de que todos estejam incluídos digitalmente e que a pandemia alarmou esta necessidade.

Acredito que não basta apenas fazer uso das tecnologias digitais, antes é precisa assegurar se todos estão no mesmo nível para tal uso, pois assim só estaremos crescendo as barreiras para o aprendizado dentro da escola (Diamantina, 2021)

A pandemia trouxe para cena desigualdades que já eram alarmantes e também revelou que o nosso país precisa investir nas práticas educativas que visem à sociedade em geral, na promoção de erradicação de desigualdades. De acordo com Ferreira (2020), assim como o relato da professora, é indispensável a inclusão digital para todas as camadas sociais, não basta garantir o acesso aos recursos e equipamentos tecnológicos, é preciso também que sejam assegurados os saberes e competências para gerir as informações que circulam em rede.

Espera-se que os discentes explorem mais o espaço escolar, e tenham: salas de informática com acesso para realizar pesquisas e fazer trabalhos; melhorarias na qualidade da internet, pois até para os/as professores (as) é limitado; investimento em

¹⁰Conceito consolidado por Paulo Freire (1992) esperançar é o levantar, ir atrás, construir, desacomodar, não desistir, é o juntar-se com outros e fazer de outro modo.

formação continuada dos/das profissionais para garantir habilidades com TDICs em suas aulas. A pandemia é uma realidade passageira, porém o cenário atual requer algo sólido para o futuro da educação seja de qualidade para todas/todos.

Considerações finais

O meio virtual se expandiu e a tendência é que ganhe mais espaço e com os devidos investimentos e superação das desigualdades, a inserção das tecnologias digitais na educação possibilita a contribuição para o desenvolvimento de ensino e aprendizagem em uma sociedade virtual e tecnológica. É preciso avaliar a experiência da pandemia como um passo que precisou ser dado em relação ao uso das tecnologias digitais, sendo um suporte para as aulas mais interativas e dinâmicas na escola e fora dela.

Além disso, é importante que os governantes invistam nas escolas públicas, destinem recursos financeiros para uma educação mais inclusiva e digital. Tendo em vista que é a educação que transforma a sociedade – e como afirma Paulo Freire “[...] se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p.67). Assim, se o Estado almejasse uma sociedade transformada e transformadora, a educação receberia a atenção que lhe é devida.

O relato da professora mostrou o quanto a pandemia prejudicou ainda mais os alunos da Zona Rural devido ao difícil acesso aos equipamentos e recursos tecnológicos que é escasso até mesmo nas escolas urbanas. Se o ensino já possuía obstáculos em tempos normais, então se intensificaram mais ainda no período pandêmico.

Como exposto, o advento pandêmico afetou gravemente a Educação Básica de várias formas, como o desgaste emocional, a rotina exaustiva, a Síndrome do Burnout nos professores devido às novas demandas não planejadas. A pandemia também evidenciou o despreparo dos docentes para manusear equipamentos e aplicativos, deixou clara uma necessidade urgente de políticas educacionais voltadas para a concretização de uma educação digital de fato que não compactue com a exclusão digital da população hipossuficiente, rural e das pessoas com deficiência.

Ademais, foi evidenciado – a partir das referências, citações e dos relatos acostados – que não basta o simples acesso aos meios tecnológicos, é necessário também um professor para intermediar a relação alunos e tecnologia, demonstrando ainda mais a importância do professor inclusive na era digital, para que, assim, tais recursos possam impactar positivamente na construção do conhecimento das(os) discentes e docentes.

Além disso, é importante mencionar o desafio encontrado para a elaboração desse artigo: poucos artigos relacionados à ao tema exclusão digital voltada para a população

rural. Outro desafio a ser mencionado foi a falta de Relatos de Experiência de professores da Educação Básica nas revistas e sítios acadêmicos, tornando um pouco mais difícil discorrer e encontrar informações sobre o tema. No entanto, apesar das dificuldades encontradas, elas foram suplantadas com o empenho e a dedicação do grupo, que conseguiu cumprir com os objetivos gerais e específicos propostos. Indubitavelmente, o assunto não se esgota aqui, caso o leitor queira se aprofundar no tocante à exclusão digital, ele pode explorar mais as referências aqui acostadas.

Referências

- ARAÚJO, Rosana Sarita de. Contribuições da Metodologia WebQuest no Processo de letramento dos alunos nas séries iniciais no Ensino Fundamental. In: MERCADO, Luís Paulo Leopoldo (org.). **Vivências com Aprendizagem na Internet**. Maceió: Edufal – Universidade Federal de Alagoas, 2005. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1350>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- BRASIL. Diário Oficial da União. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 5/2020**. Brasília, ed.: 103, seção: 1, p. 32. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-de-29-de-maio-de-2020-259412931>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- BRASIL. Diário Oficial da União. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução nº 2/2021**. Brasília, ed.: 148, seção: 1, p. 51, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-5-de-agosto-de-2021-336647801>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020: resumo técnico [recurso eletrônico]** – Brasília, Inep, 2021. 70 p.: il. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996**. Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.
- BRASIL. **Lei 12.965, de 23 de Abril de 2014 – Marco Civil da Internet**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 06 fev. 2022.
- CAIXETA, Natália Caroline et al. A síndrome de Burnout entre as profissões e suas consequências/Síndrome de Burnout entre profissões e suas consequências. **Revista Brasileira de Saúde**, Curitiba, v. 4, n. 1, jan./fev. 2021. Disponível em:

<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/22526>. Acesso em: 09 fev. 2022.

CUNHA, Maira Darido da; BIZELLI, Jose Luis. Inovações tecnológicas e contexto escolar: reflexões necessárias. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 1, p. 50-66, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/135790>. Acesso em: 07 fev. 2022.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel; FERREIRA, Gustavo Fabris. **A Volta às Aulas no Novo Normal**. 2020. Disponível em: <http://miguelferreira.com.br/2020/07/10/a-volta-as-aulas-no-novo-normal/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

FERREIRA, S. C. Apartheid digital em tempos de educação remota: atualizações do racismo brasileiro. **EDUCAÇÃO**, v. 10, n. 1, p. 11-24. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p11-24>. Acesso em: 03 jan. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança - Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz de Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP. 2000, p. 67.

GIRARDI, C. L.; LIMA, M. A. A. Na Bahia, quem vê cara, vê competência: reflexões sobre o REDA. In: **VI Seminário Nacional e II Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, 2017, Vitória da Conquista. Seminário Gepráxis, 2017. v. 6. p. 593-609.

GUEDES, Luís Eduardo; SORJ, Bernardo. Exclusão Digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **SciELO Brasil**, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/nec/a/vZ6fSRKr6SDKBHP6vdxbgTP/?lang=pt#>. Acesso em: 14 jan. 2022.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 31 set. 2022.

LEVY, Gisele Cristine Tenório de Machado; NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula; SOUZA, Carlos Alberto Absalão de. Síndrome de Burnout em professores da rede pública. **Production**, v. 19, p. 458-465, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e pesquisa**, v. 38, 2012.p. 13-28.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. PRESSUPOSTOS PARA A ELABORAÇÃO DE RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO CONHECIMENTO. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista - BA, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010/6134>. Acesso em: 11 jan. 2022.

NASCIMENTO, L. S.; SOUZA, C. T. R. Educação de surdos e pandemia de covid-19: uma revisão sistemática acerca das questões que permeiam a realidade do ensino remoto. In:

IV CINTEDI, 2021, Digital. **IV CONGRESSO INTERNACIONAL de EDUCAÇÃO INCLUSIVA e JORNADA CHILENA BRASILEIRA de EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Campina Grande: Realize Eventos Científicos & Editora, 2021, p. 1-13.

OLIVEIRA, R. M.; CORREA, Y.; MORÉS, A. Ensino remoto emergencial em tempos de covid-19: formação docente e tecnologias digitais. **Revista Internacional de Formação de Professores (RIPF)**, v. 5, p. 1, 2020.

OLIVEIRA, S. S.; SILVA, O. S. F.; SILVA, M. J. O. EDUCAR NA INCERTEZA E NA URGÊNCIA: IMPLICAÇÕES DO ENSINO REMOTO AO FAZER DOCENTE E A REINVENÇÃO DA SALA DE AULA. **EDUCAÇÃO**, v. 10, n. 1, p. 25–40. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p25-40>. Acesso em: 03 jan. 2022.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito digital**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p.25.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 212 - 222.

SILVA, Adriana Santos da. **A tecnologia como nova prática pedagógica**. Monografia apresentada ao curso de pós-graduação em Supervisão escolar. Vila Velha, 2011. Disponível em:

<http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/85126729/A%20TECNOLOGIA%20COMO%20NOVA%20PR%C3%81TICA%20PEDAG%C3%93GICA.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2022.

Recebido: 30.06.2022
Aprovado: 08.11.2022
Publicado: 26.12.2022